Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e relatório dos auditores independentes



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis", que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentação complementar do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas



Banco J.P. Morgan S.A.

demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 20 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de



Banco J.P. Morgan S.A.

acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)	2016	2015		2016	2015
Ativo			Passivo		
Circulante	31.298.238	32.414.390	Circulante	25.333.669	22.470.533
Disponibilidades (Nota 5)	958.216	108.961	Depósitos (Nota 15 (a))	1.575.776	906.553
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	17.803.471	6.287.781	Depósitos à vista	155.902	226.671
Aplicações no mercado aberto	17.803.471	6.198.175	Depósitos a prazo	1.419.874	679.882
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	89.606	Captações no mercado aberto (Nota 15 (b))	5.496.861	2.754.337
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	6.722.920	15.698.863	Carteira própria Carteira de terceiros Carteira livre movimentação	5.461.940 19.982	743.540 1.941.821 41.241
Carteira própria	2.024.156	5.659.549	Captação COE	14.939	27.735
Vinculados a compromissos de recompra Vinculados a prestação de garantias	3.233.682	746.930 6.440.131	Relações interdependências	68.461	41.601
Instrumentos financeiros derivativos	1.465.082	2.852.253	Recursos em trânsito de terceiros	68.461	41.601
Relações interfinanceiras e interdependências	18.685	39.855	Obrigações por empréstimos (Nota 16)	10.422.374	3.836.129
Depósitos no Banco Central Outros	18.666 19	39.832 23	Empréstimos no exterior	10.422.374	3.836.129
Operações de crédito (Nota 9)	663.504	734.485	Obrigações por repasses no país	_	10.714
Empréstimo de acões	342.553	25.483			
Setor privado	321.475	707.691	Obrigações por repasses - BNDES	-	10.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(524)	(3.263)	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	1.678.303	3.261.925
Outros créditos	5.127.886	9.538.654	Instrumentos financeiros derivativos	1.678.303	3.261.925
Carteira de câmbio (Nota 11) Rendas a receber	4.171.110 29.176	8.139.514 30.747	Outras obrigações	6.091.894	11.659.274
Negociação e intermediação de valores (Nota 10) Diversos (Nota 12 (a))	727.330 202.786	1.231.570 138.914	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.769	13.923
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.516)	(2.041)		3.580.199	6.947.358
Outros valores e bens	3.556	5.791	Sociais e estatutárias Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b))	25.055 167.524	32.103 233.840
			Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	2.070.792	4.144.145
Outros valores e bens Despesas antecipadas	3.556	769 5.022	Diversas (Nota 12 (c))	245.555	287.905
Realizável a longo prazo	2.440.225	2.482.905	Exigível a longo prazo	3.966.131	8.417.930
Títulos e valores mobiliários e instrumentos			Depósitos (Nota 15 (a))	1.641.902	1.504.199
financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	1.181.981	1.172.246	Depósitos a prazo	1.641.902	1.504.199
Vinculados à prestação de garantias Instrumentos financeiros derivativos	149.510 1.032.471	- 1.172.246	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	1.525.521	6.118.260
Operações de crédito (Nota 9)	207.945	170.810	Instrumentos financeiros derivativos	1.525.521	6.118.260
Setor privado	209.383	175.533	Outras obrigações	798.708	795.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.438)	(149)		-	4.735
Outros créditos	1.050.299	1.139.849	Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b)) Diversas (Nota 12 (c))	432.407 366.301	407.002 383.734
Rendas a receber	455	1.667	Resultados de exercícios futuros	1.638	1.346
Diversos (Nota 12 (a)) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.057.836 (7.992)	1.145.742	Patrimônio líquido (Nota 19)	4.550.976	4.129.759
,			_		
Permanente	113.951	122.273	Capital social De domiciliados no país	2.453.981 9.032	2.453.981 9.032
Investimentos	1.402	850	De domiciliados no exterior	2.444.949	2.444.949
Outros investimentos Provisão para perdas	7.212 (5.810)	6.660 (5.810)		29.952 1.694.290	27.011 1.308.880
Imobilizado de uso	106.822	110.986	Ajustes de avaliação patrimonial Ações em tesouraria	1.620 (4.940)	(9.083) (10)
Imóveis de uso (Nota 13)	52.462	52.418	Participação de não controladores	376.073	348.980
Outras imobilizações de uso (Nota 13) Depreciações acumuladas	125.513 (71.153)	117.196 (58.628)	Total do passivo e patrimônio líquido	33.852.414	35.019.568
Intangível	5.727	10.437	-		
Outros Ativos Intangíveis (Nota 14)	5.727	10.437			
Total do ativo	33.852.414	35.019.568	:		

Demonstração Consolidada do Resultado

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Segundo semestre	Exercício em 31 de o	
	2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	2.280.626	3.814.471	6.559.624
Operações de crédito	70.583	139.727	135.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.942.255	3.797.322	4.406.725
Resultado de operações de câmbio	267.788	(122.578)	2.017.190
. ,		` ,	
Despesas da intermediação financeira	(1.695.405)	(2.566.837)	(5.384.979)
Operações de captações no mercado	(489.889)	(976.911)	-
Operações de empréstimos e repasses	(272.720)	2.139.255	(3.666.679)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8 (f))	(934.476)	(3.728.177)	(1.000.885)
(Provisão)/Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (e))	1.680	(1.004)	(195)
Resultado bruto da intermediação financeira	585.221	1.247.634	1.174.645
Outras receitas (despesas) operacionais	(270.042)	(513.991)	(606.690)
Receitas de prestação de serviços (Nota 22(f))	244.140	456.522	457.948
Despesas de pessoal	(367.062)	(690.250)	(812.789)
Outras despesas administrativas (Nota 22(c))	(118.975)	(230.371)	(229.553)
Despesas tributárias	(52.886)	(105.403)	(106.494)
Outras receitas operacionais (Nota 22(d))	53.594	123.903	213.005
Outras despesas operacionais (Nota 22(d))	(28.853)	(68.392)	(128.807)
Resultado operacional	315.179	733.643	567.955
Resultado não operacional	(1.061)	(1.819)	207
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	314.118	731.824	568.162
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(118.681)	(297.403)	(169.679)
Provisão para imposto de renda	(53.514)	(91.743)	(169.738)
Provisão para contribuição social	(42.892)	(73.449)	(116.024)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido	(22.275)	(132.211)	116.083
Participações no lucro (Nota 22 (e))	(11.597)	(21.908)	(20.861)
Lucro líquido do semestre/exercício	183.840	412.513	377.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reser	vas de capital		Reservas	de lucros						
	Capital	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras Reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total do patrimonio liquido
Em 31 de dezembro de 2014 Pagamento baseado em ações Transferência de reserva Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.453.981	214 (214)	24.939	311 1.547 214	149.383	802.943	(1.337)		(10)	3.430.424 1.547	327.912	3.758.336 1.547
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado Lucro líquido do exercício Destinação do lucro líquido:							(7.746)	356.554		(7.746) 356.554	21.068	(7.746) 377.622
Reserva Legal Reserva Estatutaria					17.790	338.764		(17.790) (338.764)				- -
Em 31 de dezembro de 2015	2.453.981		24.939	2.072	167.173	1.141.707	(9.083)		(10)	3.780.779	348.980	4.129.759
Pagamento baseado em ações Atualizaçao de reservas de capital Ajuste de Avaliação Patrimonial				2.389 552						2.389 552		2.389 552
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado Grupamento de ações Lucro líquido do exercício Destinação do lucro líquido:						(10)	10.703	385.420	(4.930)	10.703 (4.940) 385.420	27.093	10.703 (4.940) 412.513
Reserva Legal Reserva Estatutaria					19.271	366.149		(19.271) (366.149)		-		- -
Em 31 de dezembro de 2016	2.453.981		24.939	5.013	186.444	1.507.846	1.620		(4.940)	4.174.903	376.073	4.550.976
Em 30 de junho de 2016 Pagamento baseado em ações Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.453.981	-	24.939	2.624 2.389	167.173	1.141.697	(525)	215.899	(4.940)	4.000.848 2.389	361.754	4.362.602 2.389
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado Lucro líquido do semestre Destinação do lucro líquido:							2.145	169.521		2.145 169.521	14.319	2.145 183.840
Reserva Legal Reserva Estatutaria					19.271	366.149		(19.271) (366.149)		-		-
Em 31 de dezembro de 2016	2.453.981		24.939	5.013	186.444	1.507.846	1.620		(4.940)	4.174.903	376.073	4.550.976

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Atividades operacionais		-	
Lucro líquido ajustado	164.645	535.908	252.390
Lucro líquido do semestre/exercício	183.840	412.513	377.622
Ajuste ao lucro líquido:	(19.195)	123.395	(125.232)
Constituição/(Reversão) de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (e))	(1.680)	1.004	195
Depreciações e amortizações	7.806	14.760	14.468
Baixa do Intangível - impairment	4.710	4.710	639
Provisões para contingências	21.311	43.569	43.117
Atualização de depósitos judiciais	(74.461)	(74.461)	(67.644)
(Constituição)/Reversão de Ativo Fiscal Diferido	22.275	132.211	(116.083)
(Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado	844	1.602	76
Variação de ativos e obrigações	3.774.736	5.355.310	(1.272.652)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	35.594	89.606	(44.993)
(Aumento)/Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	1.692.144	2.693.895	(32.374)
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)	86.539	48.030	(18.528)
Aumento/(Redução) em depósitos	608.634	806.926	696.965
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	1.129.211	2.742.524	(1.691.529)
Redução em operações de crédito	40.507	35.296	31.495
Redução/(Aumento) em outros créditos	4.612.608	4.420.286	(3.029.569)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	3.489	2.235	(2.279)
Aumento / (Redução) em outras obrigações	(4.489.000)	(5.328.450)	2.833.711
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.789)	(283.410)	(168.587)
Aumento em resultados de exercícios futuros	341	292	173
Juros recebidos	92.458	128.080	152.863
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades operacionais	3.939.381	5.891.218	(1.020.262)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(10.515)	(12.198)	(11.034)
Outros investimentos	-	- ′	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10.515)	(12.198)	(11.034)
Atividades de financiamento			
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(458.230)	6.645.072	(10.869.423)
Juros pagos	(48.475)	(69.541)	(45.436)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de financiamento	(506.705)	6.575.531	(10.914.859)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.422.161	12.454.551	- 11.946.155
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	15.339.526	6.307.136	18.253.291
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	18.761.687	18.761.687	6.307.136
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.422.161	12.454.551	(11.946.155)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Estas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil ("BACEN") divulgado através da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013.

As operações das entidades do Conglomerado são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis consolidadas do JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial, sendo o Banco J.P. Morgan S.A. líder desse Conglomerado, foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2017.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

(a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial do JP Morgan Chase foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280, de 31/10/2013 e Circular 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos das referidas regulamentações. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O JP Morgan Chase elabora suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as disponibiliza no seu site

(https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/inforeg/demonstracoescontabeis).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução CMN nº 4.280, de 31/10/2013, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país ou exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

O Conglomerado Prudencial é composto pelas empresas do Conglomerado Financeiro; Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") e suas controladas J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., o JPMorgan Chase Bank, National Association e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento ("Atacama") no qual o Banco é cotista exclusivo. Cabe destacar que a JPMorgan Chase Bank, National Association não é investida direta ou indireta do Banco. Em 2016 o Global Macro Opportunities Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior ("Global Opportunities") deixou de fazer parte deste Conglomerado por não apresentar retenção substâncial de riscos e benefícios.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Para efeito de consolidação os títulos e aplicações pertencentes à carteira do fundo Atacama estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

(c) Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido

Para fins de classificação de patrimônio líquido, o saldo da JPMorgan Chase Bank, National Association é classificado como participação de não controladores na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

	Banco J.P. Morgan S.A.	JPMorgan Chase Bank, National Association	Eliminação	Total	Reclassificação	Conglomerado Prudencial
Patrimônio Líquido	4.215.224	376.073	(40.321)	4.550.976		4.550.976
Capital Social	2.453.981	208.218	-	2.662.199	(208.218)	2.453.981
Reservas de Capital	29.952	18.617	-	48.569	(18.617)	29.952
Reservas de Lucros	1.734.611	149.238	(40.321)	1.843.528	(149.238)	1.694.290
Ajuste de avaliação patrimonial	1.620	-	-	1.620	-	1.620
Ações em tesouraria	(4.940)	-	-	(4.940)		(4.940)
Participação de não controladores	-	-	-	-	376.073	376.073
Lucro líquido do segundo semestre	169.149	14.319	372	183.840	-	183.840
Lucro líquido do exercício	384.671	27.093	749	412.513	-	412.513

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps*, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- . Títulos públicos federais, títulos privados, swaps e termos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.
- . Ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).
- . Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável.
- . Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa.
- . Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

. CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Conglomerado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos da Resolução nº 2.682 do CMN.

(d) Permanente

É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- . A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso 8%, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10% e equipamentos de processamento de dados e veículos 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual.
- . O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para o Conglomerado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Foram realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.

- (i) Passivos contingentes decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificadas como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
- (ii) Obrigações legais os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à aliquota de 15% utilizada em junho de 2015.

O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2016:

(i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% temporários para ajustes a serem realizados a partir de 1º. de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015.

(h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

(i) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Conglomerado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 — Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Conglomerado registra um passivo em contrapartida ao patrimônio líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital das Instituições que compõem o Conglomerado.

(j) Fluxo de caixa

Foram efetuadas reclassificações dos saldos de Captações no mercado aberto e Depósitos de atividades de financiamento para atividades operacionais a partir do exercício de 2016. Para fins de comparabilidade foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2015.

4 Gerenciamento de riscos e de capital

O conglomerado prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (commodities).

O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado.

As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) Risco operacional

É o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O Risco operacional é parte das atividades do conglomerado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades.

Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o conglomerado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os quatro componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio.

O conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são especificas para este risco e utilizadas em todo o conglomerado JPM. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência a informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do grupo.

(d) Risco de crédito

É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte.

As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (rating) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes.

O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. Destaca-se que o Banco J.P. Morgan S.A. é a instituição líder do conglomerado.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 958.216 (2015 - R\$ 108.961) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 17.803.471 (2015 - R\$ 6.198.175) (Nota 6).

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações interfinanceiras de liquidez 6

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	17.803.471	6.198.175
Posição bancada	10.871.569	1.304.064
Posição financiada	6.912.172	4.853.220
Posição vendida	19.730	40.891
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>-</u>	89.606
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	17.803.471	6.287.781

7 Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Classificação e composição da carteira (a)

	Valor de Custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2016	Valor de mercado em 2015
Títulos para negociação	5.044.363	23.492	5.067.855	12.398.150
Carteira própria	1.823.294	10.879	1.834.173	5.659.549
LFT	17.240	57	17.297	125.131
LTN	1.506.112	1.227	1.507.339	4.915.827
NTN-B	16.244	126	16.370	60.003
NTN-C	55	-	55	52
NTN-F	56.841	(63)	56.778	186.679
Debêntures	196.365	-	196.365	268.470
Cotas de fundos de investimentos	3.079	-	3.079	12.637
Ações	27.358	9.532	36.890	90.750
Vinculados a compromissos de recompra NTN-B	<u> </u>	<u>-</u>	<u>-</u>	746.930 746.930
Vinculados a prestação de				
garantias	3.221.069	12.613	3.233.682	5.991.671
LFT	1.996.958	4.226	2.001.184	839.611
LTN	960.987	5.925	966.912	4.724.274
NTN-B	153.105	1.203	154.308	289.554
NTN-C	3.525	(81)	3.444	3.116
NTN- F	105.297	884	106.181	134.953
Ações	1.197	456	1.653	163
Títulos disponíveis para venda	336.670	2.823	339.493	
Carteira própria	189.938	45	189.983	-
LTN	189.938	45	189.983	-

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vinculados a prestação de garantias	146.732	2.778	149.510	448.460
LTN	146.732	2.778	149.510	448.460
Total da carteira de TVM	5.381.033	26.315	5.407.348	12.846.610

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimen to	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	36.890	1.601.770	138.612	12.051	234.833	2.024.156
Vinculados a prestação de garantias	1.653	83.678	760.078	1.232.459	1.305.324	3.383.192
Total da carteira – 2016	38.543	1.685.448	898.690	1.244.510	1.540.157	5.407.348
Total da carteira – 2015	90.913	6.365.275	4.514.925	1.265.744	609.753	12.846.610

8 Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2016	Valor nominal 2015
Operações de swaps	1.207.554	1.697.092	34.139.612	74.023.908
Taxa de Juros	181.524	250.266	2.614.492	6.602.243
Moeda	422.600	744.554	16.725.570	66.416.585
Outros	625.863	702.272	14.799.550	1.005.080

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2016	Valor nominal 2015
Ajustes prudenciais ¹	(22.433)	-	-	-
Operações com opções	328.897	300.247	19.672.665	35.390.566
Compra de opção:	328.897		10.119.159	17.288.080
Compra de Dólar	33.074		3.349.412	7.601.578
Compra de índice de ações	11.468	_	981.371	1.964.963
Compra de ação	100.805	_	1.274.660	889.297
Compra DI	-	_	-	87
Venda de Dólar	135.965	_	2.458.866	2.294.869
Venda de índice de ações	24.666	-	1.539.800	839.029
Venda de ação	23.105	-	515.050	216.558
Venda DI	-	-	-	3.481.699
Ajustes prudenciais¹	(186)			-
Venda de opção:		300.247	9.553.506	18.102.486
Compra de Dólar	-	33.037	3.352.321	7.589.313
Compra de índice de Ação	-	20.961	958.758	1.061.475
Compra de ação	-	32.070	553.506	1.175.044
Compra DI	-	-	-	15
Venda de Dólar	-	135.963	2.458.866	2.307.855
Venda de índice de Ação	-	30.538	1.440.509	2.107.741
Venda de ação	-	47.678	789.546	358.453
Venda DI	-	-	-	3.502.590
Operações com futuros	48.082	185.882	86.913.768	121.316.803
Posição comprada	7.147	183.783	49.465.389	52.268.991
Cupom cambial – DDI		154.186	15.359.997	11.510.598
DI de 1 dia	4.814	1.144	31.456.275	35.208.891
Dólar	-	28.412	2.246.274	3.816.263
Selic – OC1	-	-	<u>-</u>	
Cupom IPCA	862	-	164.758	
Índice de ação	1.471	41	238.085	1.733.239
Posição vendida	40.935	2.099	37.448.379	69.047.812
Selic - OC1	3	32	9.360.587	35.225.587
Cupom cambial – DDI	38.561	-	5.021.837	19.026.911
DI de 1 dia	1.583	748	22.537.195	13.745.601
Dólar	549	-	56.742	553.594
Cupom IPCA	239	-	258.811	228.042
Índice de ação	-	1.319	213.207	268.077
Operações a termo	35.588	35.753	35.751	1.053.215
Posição comprada - títulos	20.439	20.602	20.602	481.301
Posição vendida - títulos	15.149	15.151	15.149	571.914

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2016	Valor nominal 2015
Outros derivativos	925.514	1.170.732	26.483.015	26.541.419
Moedas	922.418	1.135.502	25.877.787	26.123.969
Commodities	-	-	-	
Outros Derivativos	4.101	35.230	605.228	417.450
Ajustes prudenciais ¹	(1.005)	-	-	-

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo e opções estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
Ativo	2.530.016	32.463	2.497.553	4.024.499
Operações de swaps	1.209.782	(2.228)	1.207.554	1.449.489
Operações a termo	35.751	(163)	35.588	1.055.515
Prêmio de opções	356.548	(27.651)	328.897	376.189
Outros derivativos	927.935	(2.421)	925.514	1.143.306
Passivo	3.092.951	110.873	3.203.824	9.380.185
Operações de swaps	1.564.524	132.568	1.697.092	6.014.728
Operações a termo	35.751	2	35.753	1.054.861
Prêmio de opções	342.143	(41.896)	300.247	438.844
Outros derivativos	1.150.533	20.199	1.170.732	1.871.752

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3	3 a 12	1 a 3	Acima de	Total	Total
	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>anos</u>	3 anos	<u>2016</u>	<u> 2015</u>
Operações de swaps	7.137.714	6.736.189	12.198.246	8.067.463	34.139.612	74.023.908
Operações com opções - Comprada	3.044.669	5.041.974	2.032.516	-	10.119.159	17.288.080
Operações com opções- Vendida	2.273.514	5.088.119	2.191.873	-	9.553.506	18.102.486
Operações de futuros - Comprada	20.651.449	4.525.147	17.947.028	6.341.765	49.465.389	52.268.991
Operações de futuros- Vendida	13.363.610	5.307.037	15.481.146	3.296.586	37.448.379	69.047.812

¹ Ajustes prudenciais: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Até 3 <u>meses</u>	3 a 12 <u>meses</u>	1 a 3 <u>anos</u>	Acima de <u>3 anos</u>	Total <u>2016</u>	Total <u>2015</u>
Operações a termo - Comprada	20.602	-	-	-	20.602	481.301
Operações a termo - Vendida	15.149	-	-	-	15.149	571.914
Outros derivativos	11.301.055	2.542.511	1.833.344	10.806.105	26.483.015	26.541.419

Valor nominal por local de negociação (d)

	Bolsas	Balcão (Cetip)	Total 2016	Total 2015
Operações de swaps	24.582.180	9.557.432	34.139.612	74.023.908
Operações com opções - Comprada	4.124.997	5.994.162	10.119.159	17.288.080
Operações com opções- Vendida	3.337.866	6.215.640	9.553.506	18.102.486
Operações de futuros - Comprada	49.465.389	-	49.465.389	52.268.991
Operações de futuros- Vendida	37.448.379	-	37.448.379	69.047.812
Operações a termo - Comprada	_	20.602	20.602	481.301
Operações a termo - Vendida	_	15.149	15.149	571.914
Outros derivativos	-	26.483.015	26.483.015	26.541.419

Valor nominal por contraparte (e)

Operações de:	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2016	Total 2015
Swap	17.965	14.371.724	1.032.816	8.998.543	9.718.564	34.139.612	74.023.908
Opções	99.316	5.708.719	571.005	5.947.836	7.345.789	12.672.665	35.390.566
Futuros	-	-	-	-	86.913.768	86.913.768	121.316.803
Termo	-	35.751	-	-	-	35.751	1.053.215
Outros derivativos	21.724	18.797.713	19.785	7.643.793	-	26.483.015	26.541.419

(f) Resultado por produto

	Receita	Despesa	Resultado líquido 2016	Resultado líquido 2015
	76.847.006	(80.575.183)	(3.728.177)	(1.000.885)
Operações de swaps	26.270.795	(31.406.123)	(5.135.328)	2.074.219
Operações de opções	6.423.406	(6.469.545)	(46.139)	(214.609)
Operações de futuros	40.957.657	(41.276.240)	(318.583)	(2.147.117)
Operações a termo	4.570	(5.390)	(820)	777
Outros derivativos	3.190.578	(1.417.885)	1.772.693	(714.155)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBovespa são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.383.192 (2015 - R\$ 6.440.130), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 421.909 (2015 – R\$ 715.563), títulos descontados no montante de R\$ 85.231 (2015 – R\$ 69.804), financiamentos no montante de R\$ 23.718 (2015 – R\$ 97.857) e empréstimos de ações no montante de R\$ 342.553 (2015 – R\$ 25.483) classificados em Operações de crédito, por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 590.312 (2015 – R\$ 903.290), classificados em Carteira de Câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2016	2015
Principal devedor	240 484	504.376
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	249.464 17%	
Dez maiores devedores	928.864	1.254.642
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	63%	69%

(b) Composição por segmento e setor econômico

						2016
-	Comércio	Indústria	Rural	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	27.212	211.509	7.135	238.285	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	24.405	579.388	-	10.238	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	-	-	342.553	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	-	22.968
Pessoa física – consignado	-	-	-	-	-	30
Total	51.617	790.897	7.135	248.523	342.553	22.998
-						

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						2015
	Comércio	Indústria	Rural	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	179.730	161.741	7.165	276.830	103.238	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	-	399.131	-	602.017	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	-	-	25.483	
Pessoa física – outros	-	-	-	-	-	56.662
Pessoa física – consignado						
Total	179.730	560.872	7.165	878.847	128.721	56.662

2016

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

Pessoa física - consignado

Total

	Atá C masas	De 6 a 12	De 1 a 5
	Até 6 meses	meses	anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de			
títulos e conta garantida	258.517	16.241	209.383
Pessoa jurídica – importação e exportação	527.421	86.610	-
Pessoa jurídica – outros	342.553	-	-
Pessoa física – outros	20.946	2.022	-
Pessoa física – consignado	-	30	-
Total	1.149.437	104.903	209.383
			2045
		De 6 a 12	2015 De 1 a 5
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	2015 De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de	Até 6 meses		De 1 a 5
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	Até 6 meses 399.926		De 1 a 5
, ,		meses	De 1 a 5 anos
títulos e conta garantida	399.926	meses 165.307	De 1 a 5 anos

875.346

761.098

175.553

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Composição por nível de risco

		2016		2015
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco				
AA	1.090.973	-	1.543.651	-
Α	45.118	226	130.708	654
В	278.804	2.787	55.887	559
С	48.828	1.465	76.748	2.302
D	-	-	3.406	341
Н		<u> </u>	1.597	1.597
Total	1.463.723	4.478	1.811.997	5.453

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	<u> 2016</u>	2015
Saldo inicial	5.453	5.639
Constituição/(Reversão) de provisão	622	(186)
Baixa para prejuízo	(1.597)	-
Saldo final	4.478	5.453

Adicionalmente, no ano foi constituída provisão de R\$ 382 (2015 - R\$ 381) referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito classificada em "Outros créditos". O saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R\$ 7.992 (2015 - R\$ 7.611).

Não houve renegociação de créditos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

10 Negociação e intermediação de valores

"Negociação e intermediação de valores" no ativo referem-se, principalmente, a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 281.866 (2015 - R\$ 228.339) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 445.432 (2015 - R\$ 1.003.135) e, no passivo, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 663.555 (2015 - R\$ 1.482.258), operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 585.525 (2015 - R\$ 391.341) e credores por empréstimos de ações R\$ 719.103 (2015 - R\$ 2.197.259).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio

"Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 1.873.132 (2015 - R\$ 3.059.644), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 2.300.282 (2015 - R\$ 5.100.911) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda estrangeira no valor de R\$ 4.298 e nacional no valor de R\$ 2.456 (2015 – R\$28.775)

"Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas, principalmente por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 2.284.473 (2015 - R\$ 5.071.831) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 1.881.588 (2015 - R\$ 2.771.084) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio no valor de R\$ 586.023 (2015 - R\$ 895.792).

12 Outros créditos e outras obrigações

(a) Outros créditos - diversos

(a)	Outros creditos - diversos			
			2016	2015
	Devedores por depósitos em garantia (Nota 17a) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição Títulos e créditos a receber – sem característica de cor Impostos e contribuições a compensar Outros		882.297 276.257 9.378 80.759 11.931	852.996 414.629 9.005 1.387 6.639
	Total		1.260.622	1.284.656
(b)	Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	2016	2015	
	Impostos e contribuições a recolher Provisão para impostos e contribuição diferidos Provisão para riscos fiscais (Nota 17b) Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	30.235 1.240 431.223 137.233	47.956 204 406.986 185.696	
	Total	599.931	640.842	
(c)	Outras obrigações - diversas	2016	2015	
	Despesas com pessoal Ações cíveis (Nota 17a) Processos trabalhistas (Nota 17a) Despesas administrativas	396.119 115.840 39.237 16.476	468.233 102.739 46.160 14.279	

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	611.855	671.639
Outros	29.895	34.442
Obrigações por cotas de fundos (*)	-	1.928
Credores diversos exterior	14.288	3.858

(*) O saldo de obrigações por cotas de fundos refere-se a parcela de cotas do fundo Global Opportunities não detida pelo banco.

13 Imobilizado de uso

"Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 27.221 (2015 - R\$ 27.177) e Terrenos, no valor de R\$ 25.241 (2015 - R\$ 25.241).

"Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 62.875 (2015 - R\$ 39.722), sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 39.493 (2015 - R\$ 39.712) e sistemas de comunicação R\$ 20.992 (2015 - R\$ 17.973).

14 Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis são compostos por Aquisição da Carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda, no valor de R\$ 3.227 (2015 - R\$ 7.937) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2015 - R\$ 2.500).

Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de impairment) foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 4.710 (2015 - R\$ 639)

15 Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3	3 a 12	1 a 3	<u>3 a 5</u>	Acima de	Total	Total
	meses	meses	anos	<u>anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à vista	155.902	-	-	-	-	155.902	226.671
Depósitos a prazo	730.655	689.219	885.446	756.107	349	3.061.776	2.184.081
TOTAL	889.793	704.072	857.853	765.383	607	3.217.678	2.410.752

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Total 2016	Total 2015
Operações compromissadas carteira própria	-	-	-	743.540
Operações compromissadas carteira de terceiros	5.461.940	-	5.461.940	1.941.821
Operações compromissadas carteira livre movimentação	19.982	-	19.982	41.241
Operações compromissadas captação COE	13.761	1.178	14.939	27.735
TOTAL	5.495.683	1.178	5.496.861	2.754.337

16 Obrigações por empréstimos no exterior

São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 10.422.374 (2015 – R\$ 3.836.129) com vencimentos entre janeiro de 2017 e agosto de 2017. Em dezembro de 2015, as operações possuíam vencimento até outubro de 2016. As taxas de juros variam de 0,43% até 0,9% ao ano (2015 - 0,23% até 0,7%).

De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo as determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2016, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma aumento de R\$ 26.282 (2015 – diminuição de R\$ 25.840).

17 Passivos contingentes e obrigações legais

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
	2016	2016	2015	2015
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	835.634	431.223	797.262	406.986
Cíveis	21.810	115.840	22.088	102.739
Trabalhistas	24.853	39.237	33.646	46.160
Total	882.297	586.300	852.996	555.885

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

		-	Fiscais e Previdenciárias		
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total 2016	Total 2015
Saldo inicial	102.739	46.160	406.986	555.885	518.910
Despesas financeiras – juros	14.515	2.707	25.589	42.811	43.117
Baixas/Reversões	-	-	-	-	(1.828)
Constituições	20	3.721	-	3.741	4.002
Anistia	-	-	-	-	(72)
Reversões	(601)	(351)	(1.352)	(2.304)	(5.952)
Pagamentos	(833)	(13.000)	· -	(13.833)	(2.292)
Saldo Final	115.840	39.237	431.223	586.300	555.885

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Conglomerado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras (iv) PIS com base nas Ecs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, o Conglomerado revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia em Outubro de 2014 a R\$ 1.329.917, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No mês de Julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, o Conglomerado revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão do Conglomerado e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei no. 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes

O Conglomerado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 169.616 (2015 - R\$ 139.916); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 114.829 (2015 - R\$ 109.522); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 22.416 (2015 - R\$ 20.787); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 33.188 (2015 - R\$ 31.233); (v) auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias no valor de R\$ 24.687 (2015 - R\$ 23.700); (vi) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 1.784 (2015 - R\$ 1.805); (vii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços R\$ 11.930 (2015 - R\$ 5.867); (viii) outros casos que totalizam R\$ 9.165 (2015 - R\$ 8.539).

(e) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Conglomerado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 131.020 (2015 - R\$ 87.632).

(f) Ações cíveis

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos).

Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento, questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários.

O tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Contudo, alguns Ministros do Supremo se declararam impedidos para julgar a matéria, resultando na falta de quórum necessário. Com isso, não há previsão para a solução final.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 2.379 (2015 – R\$ 5.283).

18 Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias Contingências	<u>276.257</u> 54.874	414.629 56.582
Provisão para devedores duvidosos	8.577	9.299
Provisão para honorários advocatícios	6.671	5.609
Provisão para participação nos lucros	81.230	96.869
Marcação a Mercado – TVM e derivativos	38.630	140.790
Unidade de ações restritas - RSU	80.720	98.694
Outros	5.317	6.786
Ajuste despesas pré-operacionais	238	<u> </u>
Total de créditos tributários – ativo	276.257	414.629

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 31.828 (2015 - R\$ 223.257) sobre diferenças temporárias e R\$ 23.218 (2015 - R\$ 53.494) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 170.200 (2015 - R\$ 80.150) sobre diferenças temporárias e R\$ 23.218 sobre

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 276.257 é estimada em 33% no 1º ano, 15% no 2º ano, 15% no 3º ano, 18% do 4º ao 5º ano e 19% do 6º ao 10º ano.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 198.557 (2015 - R\$ 263.256).

O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 106.023 (2015 - R\$ 129.241).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2016</u>	<u> 2015</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido a participação nos lucros	709.916	547.301
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(319.462)	(246.285)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(12.822)	(4.058)
Compensação ativo fiscal diferido	23.218	27.039
Efeito CSLL 5%	10.822	52.701
Outros	841	924
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	22.059	76.606
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(297.403)	(169.679)

19 Patrimônio líquido

O capital social do Banco está dividido em 5.661 (2015 – 56.625.110) ações nominativas, sendo 5.470 (2015 – 54.707.958) ordinárias e 191 (2015 – 1.917.152) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº6.404/76, conforme alterada.

Em 3 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

grupamento, bem como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 03 de Abril de 2016 e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de Maio de 2016.

O capital social do JPMorgan Chase Bank, National Association representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 foi aprovado o aumento do capital do JPMorgan Chase Bank, National Association no montante de R\$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros — Estatutária no valor de R\$ 50.000, sem a emissão de novas ações. Esta movimentação esta incorporada na rúbrica de participação de não controladores do Conglomerado.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Conglomerado, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 29 de dezembro de 2016 e 22 de dezembro de 2015 respectivamente.

20 Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan)

As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. Todas as entidades apresentadas abaixo são empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

		2016		2015
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(passivos)	(despesas)	(passivos)	(despesas)
Disponibilidades	954.116	-	168.673	-
J.P. Morgan Whitefriars Inc London Branch	-	-	5	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	-	(5)	-
JPMorgan Chase Bank London – GMI			4.876	-
JPMorgan Chase Bank. National Association	954.116	-	163.797	-
Aplicação em moeda estrangeira	-	18	-	2.649
JPMorgan Chase Bank. National Association	-	18	-	2.649

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2016		2015
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(passivos)	(despesas)	(passivos)	(despesas)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.639)	663.578	(1.236.993)	(72.273)
JP Morgan Overseas Capital Corporation.	(26.050)	-	(26.050)	2.186
Lawton Multimercado	24.411	663.578	(1.210.943)	(74.459)
Serviços prestados a receber	20.663	197.785	-	(201.551)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda	55	663	-	-
J.P. Morgan Whitefriars Inc London Branch	-	-	-	(87.079)
JP Morgan Overseas Capital Corporation.	58	7.831	-	(1.298)
J.P. Morgan Securities LLC	10.775	68.603	-	(21.360)
JP Morgan Chase Bank London - GMI	-	-	-	(36.195)
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	146	290	-	(1.522)
JPMorgan Chase Bank. National Association	3.248	46.053	-	(46.062)
J.P. Morgan Securities plc - Paris Branch	-	-	-	(587)
J.P. Morgan Limited	-	-	-	(8.044)
Morgan Fgn Bank Edge Subs	-	-	-	596
Lawton Multimercado	2.888	32.449	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A London Branch	3.493	41.896	-	-
Outros Valores a receber/(a pagar)	2.255	1.521	-	1.737
JP Morgan Overseas Capital Corporation.	-	-	-	1.737
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	-	1.522	-	-
J.P. Morgan Securities LLC	7	(9)	-	-
JPMorgan Chase Bank. National Association	2.248	25	-	-
Chase Manhatan Holdings Ltda	-	(17)	-	-
Depósitos a Vista	(3.969)	-	(6.878)	-
Hcm Participacoes Brasil Ltda	(284)	-	(4.946)	-
Chase Manhatan Holdings Ltda	(267)	-	(105)	-
Gaborone Participações Ltda	(66)	-	(14)	-
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda	(253)	-	(46)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda	(92)	-	(16)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda	(46)	-	(282)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(35)	-	(62)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(455)	-	(50)	-
Oep Brasil Ltda	(50)	-	(1.267)	-
Lawton Multimercado	(2.421)	-	(90)	-
Depósitos à Prazo	(55.474)	(7.888)	(4.532)	(111.567)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda	(21.413)	(2.090)	-	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda	(30.733)	(3.476)	-	-
Lawton Multimercado	(1.016)	(1.790)	(1.191)	(111.296)
Oep Brasil Ltda	(52)	(249)	(1.231)	(161)
Gaborone Participações Ltda	(2.260)	(283)	(2.110)	(110)
Obrigações por operações compromissadas	(1.507.634)	(354.468)	(743.540)	-
Lawton Multimercado	(1.507.634)	(354.468)	(743.540)	-
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira J.P. Morgan Whitefriars Inc London Branch	(10.422.080)	(51.893) -	(3.836.129) (723)	(21.583)
JPMorgan Chase Bank. National Association	(10.422.080)	(51.893)	(3.835.406)	(21.583)
Negociação e intermediação de valores	(514.393)	2.923	(0.000.400)	(44.912)
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(26.276)	2.400	_	(13.841)
Lawton Multimercado	(20.270)	523	-	(31.757)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2016		2015
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
JPM Administradora de Carteira Ltda	-	-	-	(331)
JPMorgan Chase Bank, N.A London Branch	(488.117)	-	-	· · · ·
J.P. Morgan Whitefriars Inc London Branch	` -	-	-	1.017
Despesa de pessoal	(121.090)	(44.316)	(156.601)	(60.634)
JPMorgan Chase & CO.	(121.090)	(44.316)	(156.601)	(60.634)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Salários e encargos	23.121	21.346
Participação nos lucros e gratificações	63.860	61.162
Encargos sobre gratificações	23.466	21.009
Planos de aposentadoria e pensão	1.207	1.405
Outros benefícios	1.171	926

21 Benefícios

(a) Fundo de pensão

O Conglomerado é patrocinador da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado contribuiu com R\$ 17.862 (2015 - R\$ 16.111) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting* period), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque -NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

		2016
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2016	539.189	28.713
Ações outorgadas durante o exercício (granted)	131.164	7.507
Ações entregues no exercício (vested)	(334.372)	(17.598)
Ações em circulação em 31/12/2016	335.981	18.622
		2015
Quantidade de	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2015	977.901	45.479
· ·		
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	123.382	6.975
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>) Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	123.382 (562.094)	6.975 (23.741)

Em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre grant e vesting, foi registrado no exercício um aumento patrimonial no valor R\$ 2.389 (2015 - R\$ 1.547) (Nota 3 (i)).

O valor do passivo em 31 de dezembro de 2016, incluindo encargos sociais, é de R\$ 187.683 (2015 -R\$ 226.580). Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 130.786 (2015 - R\$ 99.928), incluindo os encargos sociais.

22 **Outras informações**

- (a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 31.249.472 (2015 - R\$ 36.319.738).
- (b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.152.406 (2015 - R\$ 1.423.207). O montante referente a provisão sobre risco de crédito de fianças é de R\$ 263 (2015 – R\$ 548).
- (c) "Outras despesas administrativas" referem-se as principais contas apresentadas no quadro abaixo:

	2016	2015
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(67.738)	(64.123)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa com serviços de terceiros	(24.733)	(25.455)
Despesas com viagens	(16.644)	(19.148)
Despesas com sistemas e tecnologias	(16.671)	(14.652)
Despesas com manutenção e conservação	(7.056)	(8.519)
Despesas de comunicação	(12.855)	(12.603)
Despesas com aluguel	(14.397)	(14.505)
Despesas de depreciação	(14.760)	(14.468)
Despesas de amortização - impairment	(4.710)	(639)
Despesas diversas	(50.807)	(55.441)
Total	(230.371)	(229.553)

(d) Composição de "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais"

	2016	2015
Outras receitas operacionais	158.332	213.005
Reversão de provisões operacionais	54.436	66.261
Atualização de depósitos judiciais	74.461	67.644
Atualização de títulos e créditos a receber	-	877
Outras	29.435	78.223
Outras despesas operacionais	68.392	128.807
Atualização monetária de provisão para outras obrigações - fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (Nota 17)	42.811	43.117
Outras	25.581	85.690

- **(e)** As participações estatutárias no lucro referem-se a provisionamentos mensais das participações dos funcionários no lucro e nos resultados do Conglomerado.
- "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a administração de fundos de R\$ 62.317 (2015 R\$ 69.918), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 10.258 (2015 R\$ 30.993), rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&FBovespa no valor de R\$ 83.935 (2015 R\$ 81.209), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 27.622 (2015 R\$ 54.432) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 210.572 (2015 R\$ 158.111) e serviços de custódia R\$ 42.842 (2015 R\$ 36.774)
- (g) Conforme estabelecido na Resolução 3.263, o Conglomerado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *